

# MULHERES AGRICULTORAS E SISTEMAS AGROALIMENTARES PAUTADOS NA AGROECOLOGIA: VOZES E INSPIRAÇÕES DO SERTÃO DO PAJEÚ

Ana Paula Lopes Ferreira<sup>1</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-7789-5629>

Liliana Mari Lino Pires<sup>2</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-5850-6042>

Ramonildes Alves Gomes<sup>3</sup>

 <https://orcid.org/0000-0001-5009-9625>

## RESUMO

O presente artigo tem como objetivo discutir a inserção de mulheres agricultoras como sujeito político em Sistemas Agroalimentares Sustentáveis (SAS) pautados na agroecologia. Para tal, são mobilizadas narrativas de mulheres agricultoras do território do Sertão do Pajeú, no semiárido Pernambucano. A partir destas narrativas, discute-se as opressões a que estão submetidas e suas resistências no contexto da experimentação agroecológica, assim como em suas atuações em espaços públicos no referido território. Conclui-se que a auto-organização como estratégia de empoderamento destas mulheres possibilita sua inserção como sujeito político nos SAS, não somente pela inclusão econômica, mas também pela valorização de suas formas de saber, ser e fazer relevantes à proteção do meio ambiente e da diversidade, e ao estabelecimento de relações de cooperação e solidariedade como atributos que contribuem à sustentabilidade destes sistemas.

Palavras-chave: Mulheres, Sistemas Agroalimentares Sustentáveis, Agroecologia, Semiárido.

## WOMEN FARMERS AND AGROECOLOGY-BASED AGRI-FOOD SYSTEMS: VOICES AND INSPIRATIONS OF THE SERTÃO DO PAJEÚ

### ABSTRACT

This article aims to discuss the insertion of women farmers as a political subject in Sustainable Agri-food Systems (SAS) based in agroecology. To this end, narratives of women farmers from the territory of the Sertão do Pajeú in the semi-arid of Pernambuco/Brazil are mobilized. From these narratives, we discuss the oppressions to which they are subjected and the resistances operationalized by these women in the context of agroecological experimentation, as well as in their actions in public spaces in this territory. The article concludes that collective self-organization as a strategy of empowerment of these women enables their insertion as a political subject in the SAS, not only for economic inclusion, but also for valuing their ways of knowing, being and doing, which are relevant to the protection of the environment and diversity and the establishment of relations of cooperation and solidarity as attributes that contribute to the sustainability of these systems.

Key-words: Women, Sustainable Agri-food Systems, Agroecology, Semi-arid.

---

<sup>1</sup> Doutora em Recursos Naturais e Sustentabilidade pela Universidade de Córdoba/Espanha e consultora em Segurança Alimentar e Nutricional e processos de desenvolvimento socioambiental. E-mail: [anapferreira1968@gmail.com](mailto:anapferreira1968@gmail.com).

<sup>2</sup> Mestranda em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental pela Universidade do Estado de Santa Catarina. Educadora Popular e Consultora em processos de desenvolvimento socioambiental. E-mail: [lilianamari.pires@gmail.com](mailto:lilianamari.pires@gmail.com).

<sup>3</sup> Doutora em Sociologia. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. E-mail: [ramonildes.alves@professor.ufcg.edu.br](mailto:ramonildes.alves@professor.ufcg.edu.br).

# MUJERES AGRÍCOLAS Y SISTEMAS AGROALIMENTARIOS BASADOS EN LA AGROECOLOGÍA: VOCES E INSPIRACIONES DEL SERTÃO DO PAJEÚ

## RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo discutir la inserción de las mujeres agricultoras como sujeto político en los Sistemas Agroalimentarios Sostenibles (SAS) basados en la agroecología. Con este fin, se movilizan narrativas de mujeres agricultoras del territorio del Sertão do Pajeú en el semiárido Pernambucano. A partir de estas narrativas, discutimos las opresiones a las que están sometidas y sus resistencias en el contexto de la experimentación agroecológica, así como en sus acciones en los espacios públicos de ese territorio. Se concluye que la autoorganización colectiva como estrategia de empoderamiento de estas mujeres posibilita su inserción como sujeto político en el SAS, no solo para la inclusión económica, sino también para valorar sus formas de conocer, ser y hacer relevantes para la protección del medio ambiente y la diversidad y el establecimiento de relaciones de cooperación y solidaridad como atributos que contribuyen a la sostenibilidad de estos sistemas.

Palabras clave: Mujeres, Sistemas Agroalimentarios Sostenibles, Agroecología, Semiárido.

## CONTEXTUALIZANDO O DESAFIO

A difícil situação que vivemos hoje, nacional e globalmente, integra e revela a crise civilizatória da modernidade ocidental eurocêntrica, a qual se expressa não somente na emergência sanitária desencadeada pela pandemia do Coronavírus, mas também conjuga as dimensões social, econômica, democrática e ambiental, e vem limitando os processos emancipatórios em todo o Planeta. Na América Latina, apesar das conquistas na superação de desigualdades e injustiças sociais alcançadas com a redemocratização das nações após o longo período de ditaduras militares, estas conquistas “conviveram com inúmeras contradições e sistematicamente foram interrompidas”, chegando no Brasil à situação limítrofe de ascensão da extrema direita ao poder político (Marcelo Porto, 2020, p. 5)<sup>4</sup>.

Consequentemente, os retrocessos em curso ameaçam os direitos civis, as legislações e as políticas conquistadas; impulsionam o modelo de desenvolvimento pautado no neo-extratativismo<sup>5</sup>, socialmente excludente e ambientalmente destrutivo; e intensificam o flagelo da fome como uma das expressões mais cruéis desta crise. A Oxfam, em seu relatório *O Vírus da Fome se Multiplica*, publicado em julho de 2021, constata o aumento no número de pessoas em situação de Insegurança Alimentar (IA) grave, a nível global, e coloca o Brasil ao lado da África do Sul e da Índia como focos de fome emergente.

---

<sup>4</sup> Neste artigo, as autoras do artigo optaram por incluir em todas as citações o primeiro nome das autoras e autores referenciados, com intuito de dar visibilidade ao longo do texto à produção científica das mulheres.

<sup>5</sup> Segundo Eduardo Gudynas (2012a, p. 130), os projetos neo-extrativistas se expressam por um modelo de desenvolvimento focado no crescimento econômico e baseado na apropriação de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas, e, ainda, na inserção da divisão internacional dos modos de produção, na qual o próprio Estado tem um papel ativo, buscando sua legitimação por meio da apropriação de parte da renda gerada.

A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (Rede Penssan), em dezembro de 2020, realizou o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil e constatou o retorno da fome como problema estrutural. O relatório produzido a partir deste inquérito aponta que a deterioração da segurança alimentar da população mundial já estava em curso desde 2014, e também no Brasil, quando foram adotadas políticas de austeridade, e restringidos os investimentos em políticas sociais. Mas a pandemia do Coronavírus agravou a situação de forma intensa em um curto intervalo de tempo, o que “permite concluir que vivemos o que tem sido considerado como uma sindemia<sup>6</sup>”, que engloba os impactos da Covid-19 em “todas as dimensões da vida em sociedade”, “como também os determinantes da Insegurança Alimentar” (Rede Penssan, 2021, p.13). André Burigo e Marcelo Porto (2021) também mobilizam o conceito de sindemia para problematizar os sistemas alimentares globais e suas consequências, e acrescentam as mudanças climáticas como uma pandemia que interage com as outras duas apontadas pela Rede Penssan.

Analizando as diferentes manifestações da IA (grave, leve e moderada), o relatório da Rede Penssan aponta que 118,8 milhões de brasileiras e brasileiros sofrem algum grau de insegurança alimentar. Destes, 43,4 milhões (20,5% da população) não acessam alimentos em quantidade adequada, sendo que 19,1 milhões passam fome, representando um aumento de 9 milhões de pessoas nesta situação, no período entre 2018 a 2020. As desigualdades regionais e o nível de pobreza a que estão submetidas as populações rurais são fatores determinantes para essa condição. Neste sentido, a fome atinge a maior proporção de domicílios no Norte e no Nordeste do Brasil, o que tem relação também com a insegurança hídrica; e nestas duas regiões a IA moderada ou grave sobressai em áreas rurais quando comparadas às áreas urbanas. O inquérito revelou que os recortes de gênero, raça e escolaridade também afetam a segurança alimentar a nível nacional, pois a fome atinge em maior proporção os domicílios, seja isoladamente ou em conjunto, nas seguintes condições: chefia de mulheres, habitados por pessoas pretas ou pardas e com pessoa de referência sem escolaridade ou somente com o Ensino Fundamental incompleto (Rede Penssan, 2021).

Frente a esse contexto, o debate em torno dos Sistemas Agroalimentares Sustentáveis (SAS) tem mobilizado global e nacionalmente diferentes setores da sociedade, como organizações internacionais e nacionais, movimentos sociais e academia. Segundo o Painel de Especialistas em

---

<sup>6</sup> O termo *sindemia* foi criado a partir da junção das palavras “epidemia” e “sinergia”. Uma sindemia se forma a partir da interação de duas ou mais doenças em um contexto social nocivo à saúde pública. Em meados da década de 1990, o antropólogo médico americano Merrill Singer, da Universidade de Connecticut, cunhou-o para descrever como as epidemias podem se sobrepor umas às outras sob fatores sociais, ambientais e culturais propícios ao desenvolvimento de determinadas doenças. Em 2017, o jornal médico *The Lancet* publicou uma série de artigos delineando como pensar em soluções para sindemias e fornecer cuidados que abranjam todos os problemas sobrepostos. Desde então, três fatores têm sido considerados a base do que se pode chamar de sindemia global: obesidade, desnutrição e mudanças climáticas. Juntos, eles representam uma ameaça grave à saúde humana de diferentes maneiras, mas interligadas entre si. <https://www.ecycle.com.br/sindemia/>.

Segurança Alimentar e Nutricional (HLPE) da Organização das Nações Unidas (ONU), os SAS são aqueles capazes de “assegurar a segurança alimentar e nutricional para todos de modo que as bases econômicas, sociais e ambientais necessárias para gerar segurança alimentar e nutricional das gerações futuras não sejam comprometidas” (HLPE, 2014, p. 31).

Nicolas Bricas et al. (2017) entendem que SAS são aqueles que visam a promoção do acesso à alimentação em quantidade, em condições de saudabilidade, que atenda aos padrões nutricionais desejados e que seja referenciado culturalmente. E reforçam os seguintes atributos que atestam a dimensão sustentável destes sistemas: são inclusivos economicamente, com potencial para gerar empregos e renda, principalmente para agricultoras e agricultores familiares; estão comprometidos com a proteção do meio ambiente e da biodiversidade; fomentam a inter-relação entre produtores e consumidores; pautam-se em uma visão holística do desenvolvimento, alicerçado na promoção do acesso ao alimento saudável como ponto de intersecção entre distintos atores e territórios (Nicolas Bricas *et al.*, 2017).

Islandia Bezerra e Romier da Paixão Souza (2016) destacam o espaço que a agroecologia vem ganhando em nível global, como um caminho concreto para contrapor o modelo de agricultura baseado na exploração da natureza e na exclusão social, e para fomentar SAS pautados na Soberania Alimentar<sup>7</sup>. E ainda, pautando-se em um relatório produzido pela ONU em 2011<sup>8</sup>, afirmam "que a reestruturação agroecológica dos agroecossistemas tem capacidade para duplicar a produção de alimentos em regiões inteiras em dez anos, enquanto mitiga mudanças climáticas e alivia a pobreza rural" (Ibid., p.1). No entanto, estes autores problematizam o risco de cooptação da agroecologia e sua redução a aspectos técnico-produtivo, e enfatizam a necessidade de reforçar a gênese e essência popular e política da agroecologia, que “desafia as estruturas de poder da sociedade” (Islandia Bezerra; Romier da Paixão Souza, 2016, p. 1-2).

A defesa da agricultura familiar camponesa como base social para o desenvolvimento rural sustentável é uma característica marcante da Agroecologia no Brasil (Paulo Petersen, 2011). Em conjunção com a agroecologia enquanto um movimento e uma ciência, a mulher e o homem camponês vêm historicamente tecendo suas *r-existências*<sup>9</sup> contra o modelo hegemônico de

---

<sup>7</sup> A Via Campesina e outros movimentos sociais, no Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar realizado em 2001 em Havana - Cuba, caracterizaram *Soberania Alimentar* como "o direito dos povos definirem suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental [...]. A soberania alimentar é a via para erradicar a fome e a desnutrição e garantir a segurança alimentar duradoura e sustentável para todos os povos" (Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar. Havana, Cuba, 2001 apud Renato Maluf, 2007).

<sup>8</sup> Este relatório foi produzido a partir de uma extensa revisão da literatura científica e apresentado pelo Relator Especial das Nações Unidas sobre o Direito à Alimentação em 2011, ao Conselho dos Direitos Humanos dessa organização.

<sup>9</sup> Em contraposição à noção de resistência como reação à dominação operada pelos mecanismos de opressão da modernidade capitalista, neste trabalho adota-se o termo *r-existência* como “forma de existir”, que age e até reage nas

desenvolvimento rural (Francisco Caporal; Paulo Petersen, 2011; Graciela Ottmann, 2005). Nesse sentido, o movimento agroecológico brasileiro destaca-se como um campo social e científico em disputa na sociedade, em defesa de mudanças estruturais no campo, aliando-se aos históricos movimentos camponeses e da agricultura familiar.

Dessa forma, a agroecologia não deve se furtar de enfrentar os mecanismos que estruturam e perpetuam as desigualdades e injustiças sociais, econômicas e ambientais em nossa sociedade, onde inclui-se o machismo, o sexismo e suas interseccionalidades<sup>10</sup>. Nesta perspectiva, a reflexão, o debate e a construção de experiências concretas de atuação das mulheres como sujeito político em SAS, pautados na agroecologia, vêm sendo impulsionados a partir da pressão das mulheres, seja das agricultoras inseridas em movimentos sociais, com destaque à Via Campesina, como também militantes, pesquisadoras e técnicas, a exemplo de Maria Emília Pacheco, Emma Siliprandi, Elisabeth Maria Cardoso e Vandana Shiva.

Essas mulheres vêm conjuntamente ecoando suas vozes e mostrando que historicamente as agricultoras assumem o agenciamento de múltiplas atividades em prol da segurança alimentar e nutricional de suas famílias e da sociedade como um todo, zelando pelos saberes e práticas em torno da produção e beneficiamento de alimentos diversificados, e exercendo um papel chave para a estabilidade, resistência e resiliência dos sistemas agroalimentares (Vandana Shiva, 1992; Patricia Howard, 2003; Maria Emília Pacheco, 2009; Emma Siliprandi; Rosangela Cintrão, 2011; Ana Paula Ferreira, 2008)

Laetícia Jalil (2009), Maria Emilia Pacheco (2009), Maria Ignez Paulilo (2004), Miriam Nobre (2002) e outras pesquisadoras que estudam as mulheres rurais indicam que elas estão ativamente presentes em todos os espaços produtivos ditos masculinos, além dos espaços reprodutivos considerados femininos. Representam até 70% da força de trabalho rural em economias agrícolas e, de acordo com os dados da Organização Internacional do Trabalho - OIT (2013), suas jornadas de trabalho são maiores do que as masculinas, assumindo também os trabalhos domésticos e de cuidados com crianças, doentes e idosos (OIT, 2013). No entanto, seus agenciamentos continuam sendo desvalorizados e invisibilizados, e sua inserção em processos de participação política e tomada

---

circunstâncias, mas a partir “de um lugar próprio, tanto geográfico como epistêmico” (Carlos Porto-Gonçalves, 2006, p. 165).

<sup>10</sup> A *interseccionalidade* foi criada como uma ideia e prática para articular raça, classe, gênero e sexualidade na análise e entendimento dos processos que submetem as mulheres a múltiplas opressões. Patricia Hill Collins (2017) defende que o processo histórico que cunhou esse conceito foi gestado nos anos 60 e 70, no contexto do feminismo negro estadunidense, de forma articulada a um movimento mais amplo de mulheres latinas, indígenas e asiáticas, que, na luta pelo empoderamento, reivindicavam a intersecção entre raça, classe, gênero e sexualidade. A autora também lembra intelectuais feministas afroamericanas de referência neste processo, incluindo Kimberlé Crenshaw, cujo artigo publicado em 1991 é frequentemente reconhecido pela academia como o marco de origem da Interseccionalidade. No entanto, é importante destacar também Lélia Gonzalez como uma precursora do pensamento interseccional, já presente em seus escritos uma década antes da apresentação desta ideia por Crenshaw.

de decisão permanece como um desafio, o que reforça a importância de compreender e abordar esse problema em profundidade (Ana Paula Ferreira, 2015).

Carolyn Sachs e Anouk Patel-Campillo (2014, p.205) reforçam a importância da relação entre o feminismo e a construção de sistemas agroalimentares, e problematizam a abordagem da ONU e de outras organizações internacionais, que elas qualificam como "o modelo dominante vertical de cima para baixo de gênero e segurança alimentar". Em contraponto, valorizam o feminismo construído em processos genuínos junto às camadas populares, sem a pressão do alcance de resultados, e que concebe as transformações necessárias a um outro mundo, que ela qualifica como "a abordagem de baixo para cima de soberania alimentar feminista" (Carolyn Sachs; Anouk Patel-Campillo, 2014, p. 397, *tradução nossa*).

Emma Siliprandi, em entrevista concedida a Laetícia Jalil e Andrea Zarzar, em dezembro de 2019, aponta avanços e desafios na incorporação pela Agroecologia da dimensão de gênero e suas interseccionalidades, e chama atenção para as consequências da crise atual sobre as mulheres, que acabam como "colchão amortecedor dessas políticas de austeridade". E acrescenta que:

(...) mais que nunca, as experiências de organização de base devem ser fortalecidas, em uma lógica de construção democrática e solidária, que tensione as estruturas do poder econômico e político existentes, assim como a sua base patriarcal. As mulheres sempre fizeram isso em todos os lugares, em diferentes momentos históricos, e vamos continuar fazendo, lutando por um mundo onde finalmente uma vida digna e plena seja assegurada a todas as pessoas (Laetícia Jalil e Andrea Zarzar, 2019, p. 23-24).

O objetivo deste artigo é somar-se a vários trabalhos científicos, especialmente das diversas autoras nele apresentadas, com o intuito de ecoar a luta das mulheres camponesas, e também revelar elementos forjados nesta luta, que podem impulsionar a inserção dessas mulheres como sujeito político em SAS.

A metodologia do artigo foi baseada na combinação das narrativas das mulheres rurais acerca das suas respectivas realidades no espaço público e privado, com o resgate dos dados empíricos apresentados na tese de doutorado de Ana Paula Ferreira<sup>11</sup>, intitulada "Aproximação entre as perspectivas feminista e agroecológica potencializando processos de empoderamento das mulheres rurais", defendida em 2015, na Espanha. Esses dados foram coletados a partir de dois estudos de casos realizados no território do Sertão do Pajeú em Pernambuco, os quais envolveram agricultoras que recebiam assessoria agroecológica de organizações não governamentais (ONGs), cujas abordagens utilizadas eram diferentes: uma das ONGs adotava a auto-organização de mulheres como estratégia para o empoderamento feminino; a outra direcionava seu trabalho à família como um todo.

---

<sup>11</sup> A pesquisa de doutorado foi concluída em 2015, na Universidade de Córdoba/Espanha, no Programa de Pós-graduação em Recursos Naturais e Sustentabilidade, sob orientação de Angel Calle e Emma Siliprandi, e foi revalidada em 2018, no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande.

A partir dos relatos das mulheres envolvidas nesses estudos de casos, a tese apontou que, no Brasil, ao longo dos últimos 35 anos, a perspectiva agroecológica vem demonstrando potencial para abrir espaços a agricultoras para que enfrentem sua condição de vulnerabilidade e conquistem poderes nas esferas pessoal, produtiva, familiar e política. Todavia, demonstraram também que esta perspectiva por si só não é suficiente para que sejam problematizadas a desvalorização e a opressão a que estas mulheres estão sujeitas.

Buscando contribuir para ampliar a visibilidade das opressões enfrentadas pelas mulheres camponesas e para valorizar suas r-existências, trazemos a seguir narrativas de agricultoras do Sertão do Pajeú. Inspiradas no que nos lembra Jeanne Marie Gagnebin (1985, p. 11) – existe uma “ligação secular entre a mão e a voz, entre o gesto e a palavra”, e que a arte de contar decorre da experiência real e genuína, a qual foi sendo substituída pela fragmentação e isolamento do indivíduo no mundo capitalista, e também pela desvalorização da atividade prática artesanal com seu ritmo lento e orgânico –, esperamos que as experiências narradas possam se espalhar como sementes de uma sociedade que integre verdadeiramente as mulheres em toda sua diversidade.

## MULHERES AGRICULTORAS DO SERTÃO DO PAJEÚ: ENTRE OPRESSÕES E R-EXISTÊNCIAS

O território do Sertão do Pajeú localiza-se no semiárido pernambucano<sup>12</sup>, onde as estiagens prolongadas e a irregularidade das precipitações pluviométricas exigem preparação das famílias para a chegada das chuvas e tornam fundamentais os reservatórios para captar e armazenar água e garantir a segurança hídrica e alimentar no período de estiagem. A vegetação predominante é a Caatinga, que, diferentemente do imaginário popular, é rica e variada, com o predomínio de espécies adaptadas às adversidades climáticas. A falta de compreensão do poder público sobre os eventos climáticos como cíclicos e naturais, e sobre as potencialidades e limitações do semiárido, assim como sua negligência histórica diante da necessidade das agricultoras e agricultores de base familiar, contribuíram para a desorganização da sociedade e da economia, e para a deterioração das condições humanas e ambientais desse território. Em contraponto, diversos movimentos e organizações da sociedade civil<sup>13</sup>

---

<sup>12</sup> O território do Sertão do Pajeú ocupa uma área de 13.350,30 Km<sup>2</sup> e é constituído por 20 municípios: São José do Egito, Itapetim, Tuparetama, Santa Terezinha, Brejinho, Afogados da Ingazeira, Tabira, Sertânia, Carnaíba, Quixaba, Iguaraci, Ingazeira, Solidão, São José do Belmonte, Santa Cruz da Baixa Verde, Serra Talhada, Mirandiba, Flores, Triunfo e Calumbi. O principal acesso ao Sertão do Pajeú se dá pela BR 232 e pelas PE- 320, que ligam Serra Talhada a São José do Egito, via Calumbi - Flores, e PE-360, que liga Ibimirim a Floresta e a Petrolina, nas quais circula praticamente toda a produção e abastecimento. A média das distâncias entre os municípios e a capital é de 395,85 km, sendo Mirandiba o mais distante, a 476 km, e o mais próximo Sertânia, a 314 km de Recife.

<sup>13</sup> Dentre as organizações da sociedade civil que atuam no território, destacam-se a Casa da Mulher do Nordeste (CMN), o Centro Agroecológico Sabiá, a Diaconia, a Rede das Mulheres do Pajeú, o Centro de Educação Comunitária Rural (CECOR), a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE), o Movimento Sem Terra (MST) e o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR).

estão presentes nesse território e se somam a seu povo na luta pela construção de políticas públicas voltadas para o enfrentamento adequado dessa realidade e para a convivência com o semiárido.

Assim como a maioria das mulheres rurais, as atividades produtivas e reprodutivas mesclam-se na vida da mulher agricultora do Pajeú, impondo-lhe uma jornada de trabalho contínua, sendo a primeira a acordar, para preparar o dia dos membros da sua família, e a última a deitar, após organizar os afazeres para o dia seguinte. Em geral, ela é responsável pelos trabalhos de manutenção da casa e pelos cuidados com as crianças, pessoas doentes e idosos. Também desempenha um papel importante na garantia da segurança alimentar da família, pois protagoniza a produção familiar destinada ao consumo familiar e à comercialização através de múltiplas atividades: na produção agrícola, seja na horta ou no roçado; na criação de animais de pequeno e grande porte; no beneficiamento de frutas, verduras e pescados; no manejo dos recursos naturais; na gestão da biodiversidade, que passa pela troca e manutenção de sementes e mudas, e pelo seu uso na alimentação, na saúde e em outras necessidades da família.

Igualmente a outras regiões do semiárido, sobre elas recai também a responsabilidade pela segurança hídrica da família, a qual é essencial à vida de seus membros e envolve o árduo e desgastante trabalho de obtenção, manejo, controle e distribuição da água na casa, usada para beber, para higiene pessoal da família, para cozinhar, para a irrigação das hortas e pomares ao redor de casa e para os pequenos animais.

As desigualdades de gênero a que elas estão submetidas são perpetuadas por regras e valores considerados “normais” no meio rural. Desde cedo, as meninas são ensinadas a passar, lavar, cozinhar, arrumar a casa e a cuidar de todos. Muitas vezes estudam por estímulo próprio, resistindo ao descontentamento de seus pais, maridos e irmãos. Também são ensinadas a passar privações de várias naturezas, a fim de suprir as necessidades dos homens, como, por exemplo, comer menos para deixar uma quantidade de comida maior para o marido e filhos, assim como destinar aos homens as partes de aves e bovinos “mais nobres” e com menos ossos.

Na maioria das vezes, o trabalho executado pelas mulheres com vistas à segurança alimentar e nutricional, e, acima de tudo, à vida de todos os membros da família, não é reconhecido e valorizado, sendo considerado como tarefas “naturais” da vida de uma mulher. Nesse sentido, a divisão sexual do trabalho pode ser observada como um elemento estruturador das desigualdades de gênero. Esta divisão tem como princípios a categorização entre o que é trabalho de homem e o que é trabalho de mulher e a hierarquização do primeiro em relação ao segundo (Helena Hirata; Daniele Kergoat, 2007). No que se refere ao contexto da agricultura familiar, Maria Emília Pacheco (2002), Maria Ignez Paulilo (2004) e Emma Siliprandi (2009) acrescentam que existe uma complementaridade entre o trabalho executado por mulheres e homens na prática, mas uma rigidez no plano ideológico, com uma sobrevalorização do trabalho do homem (entendido como “pesado” ou produtivo,

relacionado à geração de renda) em relação ao trabalho da mulher (entendido como "leve" ou reprodutivo, relacionado à manutenção da vida).

O reconhecimento dessas mulheres como “ajudante” de seu marido e/ou pai, com um envolvimento menor e secundarizado, é perpetuado pelas próprias mulheres e pelas pessoas ao seu redor. E, não tendo seu trabalho reconhecido, sua capacidade de acessar, gerir e tomar decisões sobre os recursos financeiros é afetada, tanto para os recursos provenientes de seu próprio trabalho, como do trabalho do marido e de outros membros da família, como para os recursos advindos de benefícios, a exemplo do Bolsa família.

Minha família é muito unida, nós combinamos tudo e cuidamos do dinheiro juntos. Meu marido é o chefe da casa. Quando ele não está eu comando tudo. Eu faço feira, pago água, luz. E ultimamente quem tá mais a frente do dinheiro sou eu porque ele está fora. Tô conseguindo fazer tudo direitinho, não tá faltando nada (risos). Mas, eu não sei se faço isso bem, não sei se tenho capacidade pra fazer essas coisas. Acho que não levo jeito. Eu sou da opinião que essa área de dinheiro e de ficar à frente da casa o homem faz melhor, né mermo?! Então deveria ficar na responsabilidade do dono da casa. (Mulher agricultora).

A superação da condição de subordinação financeira ao homem é um ponto destacado por todas as mulheres envolvidas na pesquisa, mesmo para aquelas que afirmaram ter uma relação harmoniosa com seus maridos neste aspecto. Independentemente do valor, elas relatam que passar a ter acesso ao dinheiro possibilita que se coloquem em uma relação de parceria com seus maridos, a partir de um outro lugar, não mais de medo e submissão, mas de um sentimento de capacidade de diálogo em condições de igualdade.

No entanto, pudemos perceber que é um grande desafio para as mulheres se sentirem "chefes da família", ainda que na prática o sejam. Mesmo estando à frente de diversos afazeres há bastante tempo, ouvem e replicam a ideia de que a casa precisa ter um chefe e que esse chefe tem que ser o homem. Nesse sentido, as narrativas das mulheres indicam que a horizontalidade nesta relação de parceria com seus maridos é mais profunda para aquelas que têm a oportunidade de participar de espaços e atividades de auto-organização, onde as relações hierárquicas de poder no interior da família são refletidas e desnaturalizadas, gerando a consciência de que as mulheres devem também participar da administração do dinheiro da família. E esta consciência acaba se multiplicando entre as mulheres, como um “efeito cascata”, uma mirando no exemplo da outra, e assim se fortalecendo, desenvolvendo sua autoestima e mudando a relação com si mesma e com suas famílias.

É diferente de família pra família. As mulheres que participam dos movimentos, que estão engajadas na luta, que participam de reuniões de mulheres, têm uma forma diferente de se combinar. Mesmo que ela tenha o dinheiro dela, ela combina com o marido e as coisas vão se nivelando. Mas, nas famílias onde as mulheres não participam de discussão das mulheres, o homem concentra o dele. A mulher concentra o dela. E fica uma dificuldade de se trabalhar. Não tem um entendimento, ou às vezes o homem quer pegar. Tem delas que recebe o bolsa família e quem pega são os maridos que controlam tudo. E quando elas começam a participar, muda tudo, elas passam a ter autonomia. Compram as coisas pra casa, o que acham que devem comprar. (Mulher agricultora).

O acesso ao crédito também representa um desafio a estas mulheres. Mesmo considerando o período de 2004 a 2018, em que houve incentivos de crédito público às unidades de produção familiar e também às mulheres especificamente, ainda é frágil a relação dessas agricultoras com as entidades ligadas ao crédito. Tanto elas como seus companheiros expressam prudência e até aversão em assumir dívidas. Porém, isso ainda é mais agravante com as mulheres, porque, além do medo natural de não conseguirem honrar o compromisso, sentem-se incapazes de gerir a dívida e de montar estratégias de planejamento para pagar as parcelas, e se imaginam incapazes de entender as regras e o funcionamento dos créditos.

As mulheres relatam que ir ao banco e analisar as linhas de crédito existentes ou até mesmo dialogar com o gerente são tarefas difíceis para elas porque despertam “medo” ou “a necessidade de coragem”. Umaz dizem que sentiam medo da ida ao banco, de como seriam recebidas e de como proceder para solicitar o crédito. Outras falam que foram ao banco movidas por uma coragem, ou até que durante muitos anos não tiveram coragem de enfrentar o banco.

Outras vezes são enganadas ou prejudicadas pelo desconhecimento, por parte do próprio banco, do funcionamento das linhas de crédito para as mulheres. E acabam ouvindo do gerente que créditos específicos para a mulher, como o Pronaf Mulher, só existem no papel, ou que não existem naquele município. Assim, são inúmeras falas como a que se segue:

As mulheres da minha comunidade já acessaram, mas quase todas têm experiências um pouco difíceis com o banco. Eu já acessei para comprar gado. Paguei antes da data limite. E depois fui novamente ao banco para acessar o crédito pela segunda vez. Desta vez o banco não liberou, alegou que minha terra era pequena para tal empreendimento. Me senti triste e envergonhada. Tentei uma terceira vez para comprar freezer para armazenar as polpas que vendo, e mais uma vez não tive a autorização do banco. Dessa vez eu tomei a decisão que nunca mais tentarei acessar créditos. A gente se sente humilhados com decisões como esta por parte dos bancos. (Mulher agricultora).

Todavia, uma mudança ocorre na vida daquelas agricultoras que buscam espaços e formas de auto-organização coletiva, a exemplo dos grupos de mulheres.

Antes de participar das reuniões das mulheres eu falava: banco, Deus me livre. Eu não tinha coragem de acessar um Pronaf, tinha medo. Achava que era coisa de homem, porque achava que era ele quem sabia planejar. Não achava que eu tinha capacidade pra fazer essas coisas, e achava que era assim mesmo, que mulher não levava jeito pra essas coisas. Tinha até medo de ser presa. (risadas) Agora, não. Depois de participar das reuniões e de ver mulheres conseguindo eu comecei também. Já peguei o Pronaf 3 vezes, planejamos no grupo, temos as ideias juntas e vamos lá no banco, quando as mulheres se juntam tem mais coragem, tá dando certo. (Mulher agricultora).

Além das questões relacionadas ao banco, outro obstáculo enfrentado pelas mulheres é a apropriação por seus maridos dos recursos acessados por elas. As entrevistadas citaram que, em muitos casos, os maridos usam o dinheiro delas para o que eles priorizam. Relatam que ainda hoje é

comum ver mulheres que, embora tenham conseguido o crédito para comprar pequenos animais ou investir em suas hortas, entregam o dinheiro nas mãos de seus maridos.

Aqui na minha comunidade, elas faziam o Pronaf em nome da mulher, para o homem comprar uma junta de bois. Ou até uma moto e ficava a responsabilidade nas costas da mulher pra pagar a dívida. A gente sabe que uma moto não paga dívida de um projeto. E muitos ainda hoje fazem isso. E as mulheres se fizerem o projeto para comprar a junta de bois, compra os bois e daqui há dois anos ela tem o dinheiro para pagar. Ela vai se organizando com o que ela se comprometeu. E muitos homens não pensam desse jeito, “ah é projeto a fundo perdido”. (Mulher agricultora).

Com relação à água, que é um recurso escasso no sertão, o seu acesso se caracteriza como uma possibilidade de grande concentração de poder em torno de quem toma as decisões sobre sua utilização. O homem da família, normalmente o marido, tradicionalmente cria cabeças de gado bovino, e, por serem animais que consomem muita água, é ele quem determina a quantidade de água que tem que ir para ração dos animais e a quantidade de água que vai para as “outras coisas”. Assim, mesmo sendo a mulher a “responsável” pelo manejo da água, em muitos casos, ela não decide pelo seu uso. As entrevistadas relataram que os homens têm uma preocupação extrema com a água para a produção da ração dos animais, mas que não têm preocupação alguma com a água para limpar a casa e/ou molhar uma “*planta da mulher*”, forma como eles denominam as ornamentais, as medicinais e as hortaliças que servem a todos da família. Chegando a casos em que o homem põe cadeado na cisterna e fica com a chave para ter total controle sobre o uso da água, ficando a mulher sem a possibilidade de acessá-la.

Sei de casos em que o homem põe cadeado na cisterna e fica com a chave para que a mulher não possa tirar uma lata d’água, porque ele quem gerencia a cisterna e pra usar tem que pedir a ele. Por isso que a gente precisa ficar debatendo com essas mulheres, para que elas entendam que isso é uma violência. Precisamos encorajar elas no enfrentamento dessas situações. (Mulher agricultora).

Não permitir o uso da água pelas mulheres, além de desvalorizar todo o trabalho empregado por elas na obtenção desse recurso – principalmente nas regiões semiáridas –, é um forte mecanismo de controle das potencialidades de produção a serem experimentadas por elas. Uma vez que os maridos entendem que as atividades exercidas pelas mulheres na unidade de produção familiar têm menor valor, eles não permitem que a água seja utilizada para atender as prioridades da mulher.

A mesma lógica adotada para a água, enquanto um recurso natural, também é adotada para os meios e instrumentos de produção. As entrevistadas citam, por exemplo, que as enxadas com melhor qualidade, melhor peso e mais afiadas ficam com eles, enquanto as piores são destinadas a elas e às crianças. Também foi possível constatar desigualdades em relação ao usufruto da produção da unidade familiar, a exemplo do milho: o homem considera que trabalha mais que a mulher nessa cultura, e por isso não permite que ela utilize a colheita para alimentar “suas galinhas”, já que ele não

considera a importância dessa criação realizada pela mulher e sempre tenta desestimulá-la de várias formas.

Parece que mulher acostuma com tudo na vida, até com as coisas ruins. Temos muitos casos de famílias que os homens plantam milho. As mulheres criam galinhas. E elas tem que comprar milho pra dar pra suas galinhas. Porque os homens não apoiam a criação das mulheres e não deixam elas usar os milhos dele pra dar pra galinhas delas. É mole? (Mulher agricultora).

Essas dificuldades no acesso aos meios e instrumentos de produção foram relatadas por muitas mulheres, mas é evidente a diferença de percepção entre elas, que varia de acordo com a abordagem adotada pelas organizações que as assessoram. As que participam de discussões que problematizam a forma como os instrumentos da agricultura e os meios de produção são distribuídos compreendem que é uma representação simbólica importante sobre o trabalho da mulher.

Eles fazem isso porque acham que a gente trabalha menos que eles. Mas, quando eu fui entendendo as coisas, fui fazendo meu marido também entender que nós mulheres trabalhamos muito, às vezes até mais que muitos homens. Por isso precisamos ter bons instrumentos de trabalho. (Mulher agricultora).

Por outro lado, as mulheres cuja assessoria se direciona à família como um todo, não questionam a fundo as desigualdades no acesso a esses meios de produção.

Às vezes imagino que eles não fazem isso por mal. Acho que é costume deles. Os pais deles já ficavam com as melhores enxadas pra eles. Também penso que eles têm mais força e acham que as mulheres vão gastar muito tempo pra fazer o trabalho. Mas, eu trabalho melhor que muito homem. (Mulher agricultora).

Em relação à proteção do meio ambiente e da biodiversidade, as mulheres expressam que, influenciadas pelas assessorias técnicas, e também pelo desejo que suas famílias tenham acesso a comidas saudáveis, não usam agrotóxicos e adubos químicos. Porém, por isso mesmo, todas já foram criticadas em algum momento por vizinhos e/ou parentes. Um lugar comum no percurso delas foi ter de lidar com ideais consolidados como: “essa agricultura é coisa sem futuro” ou então “plantar tudo misturado, frutas e árvores, é coisa de maluco”. Entretanto, tão logo os resultados foram surgindo, os pensamentos críticos foram aos poucos mudando.

Quando começamos a ouvir sobre agroecologia, aqui já tinha a associação, mas não tinha a participação de mulheres. Só os homens participavam, mas eles gostam das coisas imediatas, não sabem esperar. Querem plantar e em seguida colher. Para trabalhar com agroecologia a gente tem que ter paciência. Se necessita de um tempo pra ter uma resposta, principalmente porque nossa maneira de fazer agricultura, com queimada e agrotóxico, já havia prejudicado demais a nossa terra. Minha filha foi uma batalhadora aqui, juntando as mulheres. As mulheres se juntaram e formamos um grupo de mulheres. E elas foram entendendo e lutando com seus maridos para mudar, parar as queimadas, diversificar a produção, para alimentar o solo fazendo cobertura com as próprias plantas, plantar as medicinais, ter mais diversidade para comer melhor e também ter alguns animais. (Mulher agricultora).

As mulheres relataram alguns desafios para a implantação das práticas agroecológicas enfrentadas por elas e por outras mulheres de suas comunidades. Nos casos em que elas não tinham

participação efetiva nas decisões da família, seus desejos e conhecimentos sobre as práticas agroecológicas não eram levados em consideração. Muitos maridos ou pais impediam que essas mulheres desenvolvessem suas experiências agroecológicas, contaminando seus plantios com agrotóxicos, queimando seus cultivos para substituir por outros, ou proibindo que elas adquirissem crédito para melhorar ou para ampliar suas produções e participassem de intercâmbios para aprenderem e melhorar a sua forma de fazer agricultura. Também destacam a proibição que muitas recebiam dos homens para plantar culturas diversas, o que normalmente significa a proibição de substituir o monocultivo pelo policultivo.

Imbuídas pelo desejo de uma alimentação de qualidade, as mulheres são as pioneiras na experimentação de novas práticas agroecológicas. Iniciam, assim, um processo de transição, que como qualquer experimentação, é marcado por acertos e erros. Essas opções são feitas pelas mulheres ainda que signifique, muitas vezes, sobrecarga de trabalho.

As mulheres têm mais coragem, tem esperança que a agroecologia vai dar certo, tem vontade de melhorar a saúde de seus filhos, tem vontade que a sua família coma melhor. O homem não tem essa coragem de arriscar, não. Seguimos os ensinamentos passo a passo, são coisas que a gente já fazia misturado com novos ensinamentos. Seguimos os passos acordados e ensinados nas capacitações e vamos melhorando a forma de plantar e melhorando nossas vidas. (Mulher agricultora)

Esses relatos revelam o quanto as mulheres, pelas desigualdades de gênero, acabam sendo limitadas em seu desejo e capacidade de inovar a partir da agroecologia, de ampliar o potencial dos sistemas agroalimentares sustentáveis e, conseqüentemente, de qualificar sua atuação na produção de alimentos diversificados e saudáveis. Outro aspecto relevante a esta questão é a assessoria técnica agroecológica, a qual aumenta as chances de as mulheres conduzirem seus projetos na unidade familiar a caminho da transição agroecológica.

As comunidades referidas nesta pesquisa são praticamente desprovidas de assessoria técnica governamental. Assim, ONGs, especialmente aquelas que trabalham com a agricultura familiar e são ligadas à Articulação Nacional da Agroecologia (ANA) e à Articulação do Semiárido (ASA), têm uma grande importância na vida de homens e mulheres no meio rural. Constatamos que essas famílias, particularmente as mulheres quando recebem assistência e assessoria, passam a ter acesso a informações técnicas de produção, com especial destaque para a convivência com o semiárido; diversificam sua produção e renda; participam de intercâmbio de experiências fora de suas comunidades; passam a compreender e se inserir em mercados institucionais – como o PAA e PNAE – e, em feiras orgânicas e agroecológicas; e de uma forma geral, são fortalecidas ao iniciar a participação em processos organizativos. Além desses fatores, nas comunidades assistidas, as pessoas começaram a entender que existe uma forma de produzir que não depende de insumos (como os adubos industrializados e agrotóxicos), e hoje a maior parte dessas pessoas já não usa mais veneno.

Todavia, ainda é raro identificar no Brasil uma assistência técnica específica para as mulheres agricultoras, seja esta agroecológica ou não, para o semiárido nordestino, e realizada por organizações governamentais ou não governamentais. Para Ana Paula Silva e Ramonildes Gomes (2020), apesar de esforços e mudanças na ATER, no Nordeste, a assistência se situa na dinâmica de trocas que se realizam sob um padrão científico exógeno, de caráter dependente, que não retratam as particularidades da região. Em sua grande maioria, esta assistência é direcionada às famílias como um todo, e não consegue perceber e lidar com necessidades específicas de seus membros. E como essas famílias são estruturadas a partir do patriarcado<sup>14</sup>, o homem ocupa o lugar de representação e é designado o “chefe da família”. Assim, na maioria das vezes a assessoria técnica acaba sendo voltada para os homens.

As mulheres do Pajeú que são assistidas a partir da família expressaram o desejo de que algum dia possam receber uma assistência específica para elas, e assim serem fortalecidas e contempladas por projetos que levem em consideração suas demandas. Enfatizaram ainda que a participação das mulheres vem aos poucos aumentando, também estimulada pelas organizações que as assessoram. E acreditam que estas começavam a observar mais o trabalho daquelas organizações que atuam especificamente com as mulheres, pelo engajamento que vêm mostrando.

Eu acredito que a assessoria técnica voltada para as mulheres dá mais independência, segurança e valor para as mulheres e isso muda a vida das pessoas da família. A organização que assessoria a gente não faz um trabalho somente para as mulheres, mas quando a mulher resolve participar ele as acolhe. Antigamente, quando “esse tipo de ajuda” (se referindo à assistência técnica) era só para meu marido, ele ficava sobrecarregado e chegava a dizer que eu não fazia nada, a partir do momento que eu comecei a ter meu dinheiro, ele diz que se não fosse eu ele estaria ferrado... Tenho meu dinheiro e posso ajudar em casa. Todo dinheiro que pego é pra gente resolver as coisas. E quando eu não tenho, ele combina comigo. (Mulher agricultora).

Já as mulheres com assistência técnica exclusiva, embasada na promoção da organização delas mesmas, foram unânimes em dizer que passaram a se sentir mais fortalecidas enquanto mulheres e suas vidas foram transformadas pelo acesso ao conhecimento de uma agricultura que valoriza a sabedoria popular e a preservação do meio ambiente, com técnicas apropriadas para o semiárido. Destacaram também a possibilidade de poderem contribuir para a segurança alimentar e a renda de suas famílias, através do acesso aos mercados institucionais, como PAA e PNAE, e através das feiras agroecológicas.

---

<sup>14</sup> Para uma análise mais profunda sobre as relações desiguais de gênero, o feminismo tem utilizado o conceito do Patriarcado como uma importante categoria que explica historicamente como se constituíram as desigualdades nas relações sociais entre homens e mulheres. Diniz (2006) aponta que, no contexto do Patriarcado, as mulheres são ensinadas a esquecer de suas próprias vidas, negligenciando suas necessidades para apoiar as necessidades dos outros e para potencializar os projetos de vida do marido e dos filhos. “Seu trabalho cotidiano é invisível, e, com isso, aos poucos sua história e sua identidade vão se tornando também invisíveis, diluídas na vida dos outros membros da família e da sociedade como um todo” (Diniz, 2006, p. 238).

O homem quer o capital para desenvolver o que ele quer, se quer comprar uma junta de boi, é só a junta de boi. Se a mulher quer comprar uma máquina para sua costura, não tem conversa, ele vai usar o dinheiro para comprar a tal junta de boi. Já nos grupos de mulheres, reunimos todas e a gente consegue fazer esse trabalho. Os homens desenvolvem seus trabalhos, participam da associação como um todo, mas as mulheres conseguiram sua liberdade financeira, sua autonomia dentro de casa, através dos movimentos sociais e influência do feminismo dentro da comunidade. Pra gente ter uma assessoria técnica específica para as mulheres faz a diferença. (Agricultora assessorada).

No que se refere à participação social e política das mulheres do Pajeú, particularmente aquelas que labutam e vivem nos espaços rurais, ainda há muito o que conquistar. Sua representação ainda é baixa na política partidária, assim como também nas organizações do movimento social da região, incluindo os Sindicatos de Trabalhadores Rurais – STRs. Apesar do fortalecimento das mulheres no movimento sindical no Pajeú, resultante da mobilização para o enfrentamento da “grande seca” (1979-1984) (Laeticia Jalil, 2013) e da necessidade de comprovar a condição de trabalhadora rural para acessar o benefício de salário maternidade conquistado em 1994, a quantidade de agricultoras sindicalizadas não reflete um maior poder dessas mulheres:

O elemento das desigualdades não está na quantidade de mulheres sindicalizadas, mas nas relações de poder. É preciso saber onde estão essas mulheres, que cargos ocupam nos sindicatos, de fato as presidentas e tesoureiras, que representam o poder de decisão e gestão financeira, são poucas. Na verdade, os STRs precisam das mulheres, pois elas são mais assíduas no pagamento das mensalidades e algumas ainda pagam a mensalidade dela e a do marido. (Assessora de mulheres agricultoras).

A pesquisa possibilitou compreender que o interesse e a capacidade das mulheres em participar de processos de tomada de decisão, espaços de poder e espaços de incidência política são ampliados à medida que elas se auto-organizam. Isto porque, através da auto-organização, elas passam a entender as condições estruturais das desigualdade em que estão inseridas e a compreender a real importância da política em suas vidas, de sua família e de seu povo; e começam a acreditar em si enquanto sujeito político, que tem condições de contribuir para a organização de suas comunidades e da agricultura familiar como segmento, assim como para a formulação de políticas públicas, considerando também seus interesses e demandas específicas.

## MULHERES COMO SUJEITO POLÍTICO NA CONSTRUÇÃO DE SAS: O QUE AS VIVÊNCIAS DAS AGRICULTORAS DO PAJEÚ NOS FAZEM ENXERGAR?

Como já exposto anteriormente, as mulheres camponesas agenciam múltiplas atividades que garantem a produção de alimentos diversificados e saudáveis para suas famílias e para a sociedade, o que é de extrema relevância à constituição de SAS. No entanto, por não ter seu protagonismo reconhecido e valorizado, precisam se fortalecer enquanto sujeitos políticos nestes sistemas. A análise das opressões e r-existências acima narradas pode contribuir para ampliar a percepção dos limites a este fortalecimento e para indicar caminhos a serem trilhados nesta direção.

No que se refere à inclusão econômica como um primeiro atributo dos SAS (Nicolas Bricas et al, 2017), observamos que elas muitas vezes estão alijadas do acesso e/ou da possibilidade de participar da gestão tanto dos recursos naturais e dos meios de produção (crédito, ferramentas, água, etc.), como também dos benefícios monetários e não monetários obtidos pelo trabalho realizado na unidade familiar, por ela mesma ou pela família, como um todo.

As mulheres exercem um papel essencial na proteção do meio ambiente e da biodiversidade, entendido como um segundo atributo dos SAS. Ela atua como guardiã e gestora de bens comuns, onde inclui-se as sementes crioulas, as raças locais de animais de criação, as plantas medicinais, a água, dentre outros. Por seu cuidado na alimentação da família, ela se mostra mais aberta e interessada na experimentação e inovação agroecológica. No entanto, além da já referida desigualdade no acesso aos recursos naturais, estão sujeitas à desvalorização de seus saberes e práticas na produção diversificada, e até à proibição de conduzi-las na unidade familiar.

Estas barreiras cotidianamente enfrentadas pelas mulheres camponesas refletem as relações hierárquicas de poder a que estão submetidas perante os homens em suas famílias e na sociedade. As agricultoras do Pajeú mostram que sua inclusão nos processos produtivos de forma plena, pautada na horizontalidade e em sua autonomia, só pode ser conquistada a partir do questionamento e da desconstrução destas hierarquias de poder. E isto pressupõe que ela mesma busque se organizar, juntar forças em torno da valorização e fortalecimento de seus saberes, práticas e incidências nos diferentes espaços em que atuam, o que sustenta seu processo de empoderamento.

Ana Paula Ferreira (2008) destaca que a agroecologia como movimento, ciência e prática pode contribuir significativamente para este empoderamento, mas também reforça que é preciso compreendê-lo enquanto um processo contínuo e gradativo, e também nutri-lo como tal. Mobilizando o pensamento de Michael Foucault (1975), explica que o poder não é cumulativo e não pode ser entendido como algo externo que passa de um soberano a outro. O poder só é mantido e reproduzido na prática. Portanto, os processos de empoderamento focados nas mulheres devem ser continuamente alimentados e renovados, para oportunizar sua transformação interna e externa e fortalecê-las no constante caminhar em direção à autonomia em suas várias dimensões: social, política, econômica, ambiental e cultural.

Considerando por um lado as limitações e demandas relacionadas à inclusão das mulheres camponesas como sujeito político nos SAS, e por outro lado a relevância da agroecologia para a constituição destes sistemas, é salutar, e também urgente, que as organizações que assessoram e impulsionam processos de transição e desenvolvimento agroecológico no contexto da agricultura familiar reflitam a fundo a respeito de sua contribuição para a superação da condição de desigualdade das mulheres agricultoras.

Nesse sentido, a experiência das agricultoras do Pajeú possibilitou identificar duas tendências nas organizações de assessoria agroecológica. Uma de organizações cujo trabalho se ancora na família heterossexual de pai, mãe e filhos, que a correm o risco de legitimar a autoridade do pai e desconsiderar a desigualdade estrutural na distribuição de poder dentro da família; e outra, de organizações que trabalham na perspectiva do empoderamento feminino através da auto-organização coletiva.

Os processos auto-organizados envolvem unicamente mulheres, e trazem consigo a possibilidade de autorreflexão e mudanças pessoais e coletivas, viabilizando que a mulher tome paulatinamente consciência de suas potencialidades e vá superando a sensação de “não estar preparada” para atuar em espaços públicos, assim como de tomar determinadas posições no espaço privado. Dessa forma, a auto-organização gera conhecimento, autonomia, segurança e acolhimento, e favorece o empoderamento das agricultoras. O aprendizado coletivo dá força para que elas comecem a participar ativamente de ações dentro e fora de suas comunidades e protagonizem suas vidas e lutas políticas.

Em nossa sociedade patriarcal, a participação e representatividade política das mulheres é historicamente negligenciada, o que impacta na debilidade de legislações, políticas e projetos que as leve em consideração. Nos processos de auto-organização das mulheres agricultoras, este debate pode ser levado às rodas de diálogo, possibilitando mudanças gradativas de mentalidade: primeiro a política passa a ser mais observada por ela, que vai entendendo a importância para sua vida e a vida da sociedade; em um segundo momento, ela passa a olhar a força que as outras mulheres têm para participar de processos políticos; e, em um terceiro momento, através da força coletiva das mulheres, ela passa a enxergar a sua própria capacidade de participar das mais diversas formas. As políticas públicas tomam um significado de direitos e passam a ser perseguidas por elas, tanto para si mesmas, quanto para suas comunidades, municípios, estado e país. Este processo acontece em relação aos diferentes temas e dimensões de sua vida, inclusive a Soberania e Segurança Alimentar, resultando também no entendimento de que comer é um ato político, e na maior valorização dos alimentos diversos e saudáveis que produzem.

Por todo o exposto, podemos concluir que a auto-organização das mulheres oportuniza não somente seu fortalecimento, como também da própria agroecologia e dos SAS. As mulheres do Pajeú mostraram que existe uma retroalimentação positiva na relação delas com a agroecologia como experiência concreta: elas vêm se colocando como protagonistas nos processos de inovação na agricultura, e se empoderando por sua inserção na agroecologia como prática e movimento; e a própria agroecologia vem sendo fortalecida por suas ações. Consequentemente, elas se sentem encorajadas para se reconhecerem e para atuarem como sujeitos político na construção de SAS, desde

a produção na unidade familiar até sua inserção em espaços públicos de tomada de decisão e incidência política.

Em um contexto de crise e pandemia, o fortalecimento da mulher como sujeito político na construção de SAS pautados na agroecologia representa uma potente forma de resistir, pois não só cria um lastro em contraposição aos sistemas agroalimentares convencionais, como também questiona o patriarcado como uma das estruturas de opressão na sociedade, o qual determina as relações hierárquicas de poder entre homens e mulheres e representa um dos pilares da crise civilizatória da humanidade.

Tomando o alimento saudável e agroecológico como ponto de intersecção entre atores e territórios, como mais um atributo de SAS, as mulheres, com suas práticas de fortalecimento e perpetuação da coletividade comum, que nutrem as relações de cooperação essenciais à vida de suas famílias, comunidades e territórios (Rita Segato, 2006; Silvia Federici, 2019), são centrais no estabelecimento e manutenção dos elos entre os diferentes circuitos que compõem estes sistemas, em especial quando se trata de circuitos curtos e territorializados, pautados em relações mais próximas de produção e consumo. Nesse sentido, é importante também potencializar e fortalecer os processos de auto-organização das mulheres em redes de abrangência territorial como base social para o enraizamento espacial dos SAS.

No atual contexto de crise global, de desmonte de políticas públicas de cunho social e de graves retrocessos nos direitos conquistados no Brasil, as mulheres vêm protagonizando a "resistência popular contra o capital nacional e global" e criando "formas cooperativas de existência". Ao colocar, no centro de seu ativismo, as relações de respeito, cooperação e afeto entre seres humanos e não humanos e criar experiências concretas de solidariedade, estas mulheres trazem "uma visão de como seria uma sociedade não capitalista" e fortalecem coletiva e globalmente a crença e o desejo de que outro mundo é possível (Silvia Federici; Luciana Valio, 2020, p. 2).

## NOTAS PARA UM CONSTANTE DESABROCHAR

Concluimos este artigo inspiradas na potência das mulheres na América Latina. Das mulheres indígenas brasileiras que, enquanto escrevemos, estão em marcha contra todos os retrocessos que ameaçam suas vidas, de seus povos e de todo o Planeta; e das mulheres camponesas, que, como Margaridas, vem lutando contra a fome, a pobreza e a violência sexista e pela Soberania e Segurança Alimentar.

Essas mulheres se unem e bradam pela necessidade de avançar continuada e vigorosamente, renovando e cuidando dos processos de empoderamento feminino e zelando pelos laços de

cooperação, solidariedade e sororidade entre as mulheres nas mais diferentes situações, todas mobilizadas na luta por sua condição digna na sociedade.

Elas também vêm reforçando a necessidade de um olhar interseccional sobre a complexidade das opressões e violências que as atravessam, que leve em conta outros fatores imbricados àqueles determinados pelo patriarcado, que juntos vem limitando seu maior protagonismo na construção de sistemas agroalimentares sustentáveis. No que se refere à questão alimentar, como atestam os dados do Inquérito realizado pela Rede Penssan, em 2020, as pessoas mais sujeitas à fome estão atravessadas pela sobreposição de determinantes de desigualdades, como de gênero, sexualidade, raça, classe, localização geográfica, dentre outros. Portanto, a Interseccionalidade é essencial à compreensão e fortalecimento da mulher, incluindo as camponesas, como sujeito político em todos os âmbitos dos SAS.

A “abordagem de baixo para cima de soberania alimentar feminista”, aqui tomada como premissa para a verdadeira justiça social e alimentar (Carolyn Sachs e Anouk Patel-Campillo, 2014, p. 397, *tradução nossa*), deve ser tecida a partir da ampla diversidade de expressões das mulheres com suas formas de ser, saber e fazer. Isto pede a superação das relações de poder em todos os âmbitos que constituem a vida em sociedade, incluso na produção e legitimação de conhecimento. Nesta perspectiva, a academia, para cumprir seu papel na compreensão, fortalecimento e visibilidade dos processos vivos protagonizados por mulheres no contexto de SAS, precisa contrapor essas relações de poder que, nas palavras de Boaventura de Souza Santos e Paulo Freire, têm provocado o *epistemicídio* em contraponto ao *diálogo de saberes*.

## REFERÊNCIAS

- BEZERRA, I; DA PAIXÃO SOUZA, R. Agroecologia: a ciência dos sistemas agroalimentares e dos territórios mais sustentáveis. *Revista Brasileira de Agroecologia*, v. 13, n. 2, p. 2, 2018.
- BRICAS, N. Urbanization issues affecting food system sustainability. In C. Brand, N. Bricas, D. Conaré, B. Daviron, J. Debru, L. Michel, et al. (Eds.), *Designing urban food policies: Concepts and approaches* (pp. 1–25). Springer International Publishing. 2019.
- BURIGO, A. C; PORTO, M. F. Agenda 2030, saúde e sistemas alimentares em tempos de sindemia: da vulnerabilização à transformação necessária. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, p. 4411-4424, 2021.
- CAPORAL, F; PETERSEN, P. Agroecologia e Políticas Públicas na América Latina: o caso do Brasil. *Revista Agriculturas*, v. 6, p. 63-74, 2011.
- DINIZ, G. R. S; PONDAAG, M. C. M. A Face Oculta da Violência contra a Mulher: o silêncio como estratégia de sobrevivência. In: DINIZ, Glaucia Ribeiro Starling et al (orgs.). *Violência, Exclusão Social e Desenvolvimento Humano: estudos em representações sociais*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.
- FEDERICI, S. *Mulheres e caça às bruxas: da Idade Média aos dias atuais*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2019.

- FEDERICI, S; VALIO, L. B. M. Na luta para mudar o mundo: mulheres, reprodução e resistência na América Latina. *Revista Estudos Feministas*, v. 28, 2020.
- FERREIRA, A Paula. *La importância de la perspectiva feminista en el empoderamiento de las mujeres campesinas*. Máster en Agroecología, Universidad de Córdoba e Universidad Internacional de Andalucía, directores Emma Siliprandi e Angel Calle, 2008.
- FERREIRA, A Paula. *Aproximações entre as perspectivas feminista e agroecológica potencializando processos de empoderamento das mulheres rurais brasileiras, a partir do território do Pajeú, Sertão de Pernambuco*. 2015. Tese (Doutorado em Recursos Naturais e Gestão Sustentável) - Universidad de Córdoba, Espanha, 2015.
- FOUCAULT, M. *Surveiller et punir: naissance de la prison*. Paris: Gallimard, Collection Tel 225, 1975.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.
- HLPE. Food losses and waste in the context of sustainable food systems. *A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security*. Rome 2014.
- HOWARD, P. The Major Importance of ‘Minor’ Resources: Women and Plant Biodiversity. *Gatekeeper Series*, n.112. International Institute for Environment and Development. London, UK, September, 2003.
- JALIL, L y BORDALO, C. Reconfiguração das lutas das mulheres no meio rural brasileiro. Ação política, articulação e democratização. *XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología*. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires: 2009.
- MALUF, R. S. *Segurança Alimentar e Nutricional*. 2 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- OXFAM BRASIL. *O vírus da fome se multiplica: uma receita mortal misturando conflitos armados, covid-19 e crise climática acelera a fome no mundo*. São Paulo: Oxfam Brasil, 2021. 66 p. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-aumenta-no-mundo-devido-a-pandemia-crise-climatica-e-conflitos-armados/>. Acesso em: 27 agosto 2021.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). *Mulheres representam até 70% da força de trabalho rural em economias agrícolas*. Publicado em 8 de março de 2012. Informação disponível em: <https://brasil.un.org/mulheres-representam-ate-70-da-forca-de-trabalho-rural-em-economias-agricolas-afirma-oit/> Acesso em 20 de agosto de 2021.
- OTTMANN, G. *Agroecología y Sociología Histórica desde América Latina*. Córdoba: Universidad de Córdoba, 2005.
- PACHECO, Maria E. L; JALIL, L; CARDOSO, Elisabeth M; RODRIGUES, V. S; SOUSA, Ana Celsa; LEITE, E. de S; RIOS, L; LIMA, B. F; AMARAL, W. R; SILVA, M. M. da; OLIVEIRA, C. Mulheres Construindo a Agroecologia. *Revista Agriculturas*, v.6 n.4, 2009.
- PAULILO, Maria I. S. Trabalho familiar: uma categoria esquecida de análise. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis, vol., n. 1, p. 229-252, 2004.
- PETERSEN, P. *Metamorfosis Agroecológica: Un ensayo sobre Agroecología Política*. Universidad Internacional de Andalucía, directores: Jan Douwe van der Ploeg y Manuel González de Molina Navarro, Baeza, 2011.
- PACHECO, Maria E. L. Em defesa da agricultura familiar sustentável com igualdade de gênero. In: GT Gênero-Plataforma de Contrapartes Novib/SOS CORPO. *Perspectivas de gênero: debates e questões para as ONGs*. Recife: Gênero e Cidadania. p. 138-161, 2002.

- PACHECO, Maria E. L. Editorial da Revista Agriculturas. *Mulheres Construindo a Agroecologia*, v.6 n.4, 2009.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos W. A Reinvenção dos Territórios: a experiência latino-americana e caribenha. In: CECEÑA, Ana Esther. *Los desafíos de las emancipaciones en un contexto militarizado*. Buenos Aires: CLACSO, p. 151-197, 2006.
- PORTO, M. F. No meio da crise civilizatória tem uma pandemia: desvelando vulnerabilidades e potencialidades emancipatórias. *Vigilância Sanitária em Debate: Sociedade, Ciência & Tecnologia*, v. 8, n. 3, p. 2-10, 2020.
- REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR (REDE PENSSAN). *VIGISAN: Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*. Rio de Janeiro: Rede Penssan, 2021. Disponível em: <http://olheparaafome.com.br/>
- SACHS, C; PATEL-CAMPILLO, A. “Feminist Food Justice: Crafting a New Vision.” *Feminist Studies*, vol. 40, no. 2, Feminist Studies, Inc., pp. 396–410, 2014. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.15767/feministstudies.40.2.396?refreqid=excelsior%3A2320f30a766410b5753cc098696e8975> Acesso em 20 de agosto de 2021.
- SEGATO, Rita L. Que és um Femicídio. Notas para um Debate Emergente. *Série Antropológica* (401) Brasília, 2006.
- SHIVA, V. Women's Indigenous Knowledge and Biodiversity Conservation. *India International Centre Quarterly*, vol. 19, no. 1/2, pp. 205–214, 1992. JSTOR, [www.jstor.org/stable/23002230](http://www.jstor.org/stable/23002230) Acesso em 10 de fevereiro de 2021.
- SILIPRANDI, E. Um olhar ecofeminista sobre as lutas por sustentabilidade no mundo rural. In: PETERSEN, P. (Org). *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro*. Rio de Janeiro: AS-PTA, p. 139-151, 2009.
- SILIPRANDI, E; CINTRÃO, R. As mulheres agricultoras e sua participação no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). In: BUTTO, Andrea e DANTAS, Isolda (Orgs.). *Autonomia e Cidadania: Política de Organização Produtiva para as Mulheres no Meio Rural*. Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA 1º Edição, Brasília, 2011.
- SILVA, E. A; GOMES, R. A. Intercâmbios e contradições discursivas: os desafios na construção do conhecimento de ATER no Nordeste. In: 44º Encontro Anual da ANPOCS, 2020, SÃO PAULO (ON LINE). *Anais do 44º Encontro Anual da ANPOCS*. SÃO PAULO: ANPOCS, 2020. v.1., São Paulo, 2020.
- ZARZAR A. L. B; JALIL, L. Entrevista com Emma Siliprandi. *Revista Cadernos de Ciências Sociais da UFRPE*, v. 2, n. 15, p. 11-24, 2019.